

LA MERKEL NA BERLINDA. MAIS DO MESMO.

Paulo Timm – Especial para SUL 21

Penso que não enfrentar oposição nenhuma, mais que uma vantagem, pode ser uma desvantagem para o capitalismo. Os sistemas sociais só têm a ganhar com a heterogeneidade interna, o pluralismo de princípios que os blindam da dedicação a uma única finalidade, criando outras metas que também devem ser cumpridas para que o sistema seja sustentável.

O capitalismo, tal como o conhecemos, se beneficiou muito com a ascensão de movimentos opostos ao domínio do lucro e do mercado. O socialismo e o sindicalismo impuseram um freio na transformação de tudo em mercadoria, impedindo o capitalismo de destruir seus alicerces não capitalistas – a confiança, a boa-fé, o altruísmo, a solidariedade no seio das famílias e das comunidades, e assim por diante.

W.Streeck – Entrevista REVISTA PIAUI

Ler também

A questão alemã

http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/150513084320A_QUESTAO_ALEMA.pdf

A Alemanha vai às urnas nesta semana, dia 24 setembro, no bojo de uma União Europeia enfraquecida pela saída do Reino Unido, doente pela perda de seu encanto civilizatório, tumultuada pela onda de

refugiados que não para de chegar. Angela Merkel, Chefe do União Democrata Cristã – UDC e no comando do centro conservador do país desde 2005, vai tentar mais um mandato, quase tão longo quanto os de Konrad Adenauer (1949/63 - <http://www.kas.de/brasilien/pt/pages/5799/>), que enfrentou a reconstrução do país no pós-guerra, sociais do Partido e o de Hermut Kohl (1982/98 -<https://educacao.uol.com.br/biografias/helmut-kohl.htm>), responsável pela reunificação no país nos anos 90. Ela administrou bem as mudanças promovidas pelo chanceler social-democrata Gerhardt Schroeder (1998 a 200, a quem louvou pela ousadia, aliás dignas do mais empedernido conservador, na implantação da “Agenda 2010”, ao tempo em que surpreendeu ao aceitar a entrada de um milhão de refugiados na Alemanha.. Isso lhe custou a ira da ultra direita enfurecida, mas, por outro lado, soterrou o velho Partido Social Democrata , o SDP, cuja origem se confunde com a ascensão do movimento operário no final do século XIX, tendo Karl Marx tido nele importante papel, com suas críticas do Programa do Partido aprovado em Gotha. Hoje o SPD está em pedaços, depois de perder sua velha base sindical mais combativa e sofrer sucessivas derrotas, nos planos nacional e regionais. Ainda assim, é o segundo maior Partido na Alemanha.

A confusão ideológica do SPD vem de longe, afastando-o crescentemente do horizonte socialista.

Em 1959 ainda lutava pela instauração de uma “nova ordem” admitindo que “a propriedade coletiva é uma forma legítima de controle público a que nenhuma Estado moderno pode renunciar”. Lentamente, porém, foi se distanciando das suas bases sociais e ideológicas, vindo a aderir abertamente ao neoliberalismo na década da glamurização globalista, 1990. Apesar disso, ainda mantém em seu programa a proclamação de uma economia social de mercado através de uma presença ativa do Estado na criação de empregos contra a precarização do trabalho, na regulação dos mercados financeiros com taxação dos rendimentos mais altos e no alargamento dos direitos dos trabalhadores nos comitês de empresa. Alguns de seus membros ainda se batem por esta agenda social, mas o grosso do SPD já as atropelou por completo.

Rigorosamente, La Merkel não tem adversários poderosos capazes de lhe apear do cargo. Ela se guia pelo ideário liberal da UDC:

Economia de livre mercado, contra a taxaço da riqueza e rigorosa austeridade fiscal. As duas forças mais ativas que lhe são mesmo antag nicas, a ultra direita e o DIE LINK, uma organiza o de esquerda que se formou em 2007, no ocaso do SPD, farão muito barulho, mas não det m a capacidade de mudar o cenário dominado pelo centro-direita da Merkel. Resta, apenas, saber se, vitoriosa, retomar  a “grande aliança” governativa com os sociais-democratas, vigente entre 200-2009 e, depois, entre 2013- 2017, com os quais se assemelha cada vez mais, ou com outras correntes liberais. Os resultados pouco se refletirão nas diretrizes de governo. A Alemanha   o cérebro do neoliberalismo dominante na Europa, segundo o “Princípio América” e, mesmo sem força militar, det m as rédeas de todo o continente, em cujo núcleo estão os 27 países da União Europeia, tudo, na verdade, concertado com a americaniza o da vida cotidiana. Diz-se, inclusive, que alguns países, como Dinamarca, são mais americanos do que muitas unidades da federa o norte-americana. O capitalismo brutal, mas devidamente estetizado e autojustificado, enfim, com a globaliza o, se misturou   atmosfera do mundo inteiro e conforma, cada vez mais um estilo de vida e cultura. As alternativas, como Coreia do Norte ou Estado Islâmico, ambas contestadoras, embora por razões diferentes,   esta ordem supostamente competitiva, soam como irracionais e esdrúxulas. Uma cultura, aliás, cada vez mais marcada pelos valores protestantes da responsabilidade pessoal perante o destino do que pelos humanísticos do Renascimento. Curiosamente, tanto Coreia do Norte como DAESH emergem como *revival* dos dois fantasmas que moldaram a Sociedade do Bem Estar europeu   sombra do medo: Stalin e Hitler. Forças de conten o... A questão da Alemanha não   , pois, tanto, eleitoral, como foi na França, nem comporta a novidade Macron que l  se consagrou com talento e originalidade, mas de natureza geopolítica e sócio-econ mica. Continuará a União Europeia a moldar-se pelo modelo alemão? Persistir  este modelo na sua rota de precariza o do trabalho e concentra o da riqueza?

A resposta   primeira indaga o enfurecer  os franceses, mas aponta para a manuten o da Alemanha no controle a União Europeia, graças, aliás ao déficit de democracia que reina no seu interior, com sede em Bruxelas. Regis Debray, desiludido, escreve sobre isso em seu último livro, “ Num tecido azul com doze estrelas

douradas”, sintetizado com artigo de igual título no Le Monde português de agosto de 2017:

“Havia mais de Europa na era dos mosteiros. (...) Donald Trusk, presidente do Conselho Europeu, que se dirige em *globish* aos seus diversos interlocutores, parece ser bem menos europeu do que o imperador Carlos V, que falava espanhol a Deus, italiano às mulheres, francês aos homens e alemão a seu cavalo” .

O sistema de gestão deste “artefato” supranacional, sobreposto a uma miríade de culturas milenares, com níveis extremamente diferentes de desenvolvimento, não passa pelo voto e pelo exercício da democracia. É, sim, uma máquina tecnocrática dominada pela visão escatológica da supremacia da eficiência, ou seja, do lucro. Há, por isso, um amplo movimento de setores da esquerda europeia, com os gregos à frente, no sentido de submeter a União Européia à um verdadeiro escrutínio constitucional derivado do voto, capaz de quebrar a hegemonia produtivista, mas isso dificilmente passará. Mesmo que fosse aprovado, este processo teria que reacender a esperança dos cidadãos para um comparecimento massivo às urnas, na defesa de estratégias alternativas, tal como ocorreu durante o século XX. Isso esbarra na apatia da população ao revigoramento democrático. Talvez este seja o maior resultado da “cultura contemporânea”. Todos sabem que as coisas não vão bem, mas não se mobilizam para mudá-la. Os focos de luta anticapitalista, ou são dispersos, como OS INDIGNADOS e outros, ou residem na resistência de setores corporativos devidamente integrados no sistema na defesa de direitos ameaçados. É muito pouco para um sociedade em que 99% são dominados por apenas 1% da população. Uma voz irada de um filósofo marxista esloveno escabela-se gritando por todos os cantos e recantos europeus por mais radicalidade na indignação. Prega no vazio das almas...

E quanto ao dito “modelo alemão”, que se insinua como única alternativa ao desenvolvimento?

Ora, o modelo alemão, é na verdade uma brutal “racionalização” do neoliberalismo, que se pretende impor ao conjunto da Europa – e do mundo.

Um sociólogo radical alemão, W.Streeck, Diretor do Instituto Max Plank, tem se notalizado com suas análises precisas e criteriosas

sobre o suposto “milagre alemão”. Demonstra que ele não é senão uma nova face, mais desumana ainda, do velho capitalismo, condenado a morrer de overdose por excesso, não de fracassos, mas de êxitos. Suas teses estão publicadas em várias publicações e entrevistas – vide Revista Piauí : <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-vai-acabar-o-capitalismo/> -, notadamente no livro “Como Acabará o Capitalismo? Ensaio sobre um Sistema Fracassado” resenhado por Ricardo Cavalcanti Schiel - <http://jornalggn.com.br/blog/ricardo-cavalcanti-schiel/o-capitalismo-morrera-de-overdose-por-excesso-de-sucesso-diz-wolfgang-streeck> , Streeck não se limita à desregulação perda dos direitos sociais no modelo alemão. Ele o associa ao que aponta como cinco grandes doenças do capitalismo contemporâneo:

“**Ao** lado do declínio do crescimento econômico, do aumento da desigualdade e da transferência do setor público para a propriedade privada, a *corrupção* é a quarta doença do capitalismo contemporâneo. **(E...)** chegamos, finalmente, à quinta doença, a *anarquia global*.”

Detenho-me, a propósito, na questão da corrupção (na qual nem a poderosa Volkswagens se eximiu, ao ser flagrada na fraude dos filtros dos escapamentos), tão em evidência no Brasil nos últimos anos, para não só chamar a atenção para sua generalização, mas para destacar sua correlação com um sistema de estímulos aos “instintos animamais” de produtores e consumidores que acabam soterrando os proclamados valores que erigiram a civilização. A mera ideia de uma mão invisível que regularia a economia não é senão um resquício do naturalismo que regularia os movimentos do universo e da ação humana. Oressa, o advento do homem não é senão uma

ruptura com as leis naturais, começando pela criação de valores que acabam operando como suportes da coesão social: As virtudes, começando pelo senso de cooperação e pelo conceito de justiça. À falta do sentimento de justiça, entregamo-nos à força das circunstâncias, nas quais se sobressaem os mais fortes.

Um autor descreve, ainda que superficialmente, o elevado nível de corrupção no na Europa:

“O panorama desse malavita é impressionante. Um afresco sobre o tema poderia começar com Helmut Kohl, governante da Alemanha por dezesseis anos, que acumulou um caixa dois de campanha de cerca de 2 milhões de marcos alemães [cerca de 3 milhões de reais]. Quando o caso foi descoberto, ele não quis revelar os nomes dos doadores, com medo de que viessem à luz os favores que eles receberam em troca. Jacques Chirac, presidente da República francesa durante doze anos, foi condenado por desvio de dinheiro público, abuso do cargo e conflito de interesses, depois que perdeu sua imunidade. Nenhum deles sofreu punição. Eram os políticos mais poderosos da Europa em sua época. Uma olhada no que ocorreu desde então é suficiente para desfazer qualquer ilusão de que se trata de casos isolados.

Na Alemanha, o governo de Gerhard Schröder garantiu um empréstimo de 1 bilhão de euros à companhia russa Gazprom para a construção de um oleoduto, poucas semanas antes de o chanceler deixar o cargo e entrar na folha de pagamento da empresa com um salário superior ao que recebia para governar o país. Desde que ele saiu, Angela Merkel viu dois sucessivos presidentes da República serem obrigados a renunciar: Horst Köhler, antigo chefe do Fundo Monetário Internacional, por haver explicado que o contingente militar alemão no Afeganistão estava protegendo interesses comerciais do país; e Christian Wulff, antigo chefe democrata-cristão na Baixa Saxônia, em razão de um empréstimo duvidoso para sua casa feito por um empresário amigo. Dois importantes ministros, um da Defesa, a outra da Educação, tiveram que deixar o cargo ao terem os títulos de doutor cassados por furto intelectual. Quando esta última, Annette Schavan, amiga íntima de Merkel (que manifestou plena confiança nela), ainda se agarrava ao cargo, o tabloide Bild comentou que ter

uma ministra da Educação que fraudava pesquisas era como ter um ministro das Finanças com uma conta bancária secreta na Suíça.

Dito e feito. Na França, descobriu-se que o ministro socialista do Orçamento, o cirurgião plástico Jérôme Cahuzac, tinha de 600 mil a 15 milhões de euros em depósitos secretos na Suíça e em Cingapura. Nicolas Sarkozy, enquanto isso, é acusado por testemunhas de ter recebido cerca de 50 milhões de euros do líbio Muammar Kadafi para a campanha eleitoral que o conduziu à Presidência. Christine Lagarde, sua ministra das Finanças, agora na chefia do FMI, está sendo investigada por seu papel na concessão de 420 milhões de euros em “compensação” para Bernard Tapie, conhecido trapaceiro com antecedentes penais e, nos últimos tempos, amigo de Sarkozy.[1] A contiguidade descuidada com o crime é bipartidária. O socialista François Hollande, atual presidente da República, ia na garupa de uma moto para seus encontros com a amante no apartamento de uma prostituta ligada a um gângster corso morto num tiroteio na ilha.

Na Grã-Bretanha, mais ou menos na mesma época, o ex-primeiro-ministro Tony Blair dava conselhos a Rebekah Brooks, ex-braço direito do magnata da mídia Rupert Murdoch, que corria o risco de ir para a cadeia por cinco acusações de conspiração criminosa relacionadas à época em que dirigia o extinto tabloide News of the World. “Tenha à mão comprimidos para dormir. Isto vai passar. Seja forte”, disse Blair a Rebekah, recomendando-lhe ainda que abrisse uma investigação “independente” sobre o caso como ele mesmo tinha feito para isentar seu governo de qualquer participação na morte de David Kelly, o cientista britânico e inspetor da ONU no Iraque que questionara as razões alegadas para a invasão do país árabe, uma invasão que renderia a Blair – para a sua Faith Foundation, é claro – uma profusão de gorjetas e negócios no mundo inteiro, com destaque para doações de uma empresa petrolífera sul-coreana, presidida por um criminoso condenado com interesses no Iraque, e da dinastia feudal do Kuwait. Na Espanha, o atual primeiro-ministro, Mariano Rajoy, à frente de um governo de direita, foi flagrado recebendo propinas em obras públicas e outros negócios, no valor total de 250 mil euros ao longo de uma década, que lhe foram repassados por Luis Bárcenas. Tesoureiro do Partido Popular durante vinte anos, Bárcenas está preso por amearhar 48 milhões de euros em contas não declaradas na Suíça. Fotocópias dos livros de contabilidade com registros à mão

de suas transferências para Rajoy e outras figuras do partido – como Rodrigo Rato, outro ex-diretor do FMI – circularam na imprensa espanhola. Quando estourou o escândalo, Rajoy passou uma mensagem de texto para Bárcenas com palavras praticamente idênticas às de Blair para Rebekah Brooks: “Luis, eu compreendo. Seja forte. Ligo amanhã. Um abraço.” Oitenta e cinco por cento da opinião pública espanhola acham que Rajoy está mentindo, mas ele continua firme no Palácio da Moncloa.

Na Grécia, o social-democrata Akis Tsochatzopoulos, sucessivamente ministro do Interior, da Defesa e do Desenvolvimento, teve menos sorte: foi condenado a vinte anos de prisão por uma formidável carreira de extorsões e lavagem de dinheiro. Do outro lado do mar Egeu, o premiê turco Tayyip Erdogan – que a mídia e o establishment intelectual da Europa costumavam louvar como o maior estadista democrata da Turquia, cuja conduta praticamente conquistou para o país a filiação honorária à União Europeia – mostrou que é digno de figurar nas fileiras dos dirigentes da UE por outras razões: numa conversa gravada, instruía o filho sobre onde esconder 10 milhões em espécie; noutra, elevava o preço de um suborno num contrato de construção. Três membros do seu gabinete foram derrubados por revelações parecidas, antes que Erdogan fizesse um expurgo na polícia e no Judiciário, para impedir que o assunto fosse adiante. Enquanto ele fazia isso, a Comissão Europeia divulgou seu primeiro relatório oficial sobre corrupção na UE, cujas dimensões foram descritas como “assombrosas” pelo comissário que redigiu o documento: numa estimativa por baixo, a corrupção custa o equivalente a todo o orçamento do bloco, cerca de 120 bilhões de euros por ano. Prudentemente, o relatório cobria apenas países-membros. A Comissão Europeia, o órgão executivo da UE, com sede em Bruxelas, foi excluída.

A poluição do poder pelo dinheiro e pela fraude, lugar-comum numa União que se apresenta ao mundo como guardião da moralidade, decorre do esvaziamento da democracia de substância e de participação.”

(Perry Anderson – Corrupção Política: Triste fenômeno universal)

Mas vamos aos indicadores do “Milagre Alemão”. Afinal de contas, nem tudo no capitalismo contemporâneo é corrupção, mas sobretudo déficit de democracia, que não é, senão, um sinônimo de inclusão como cidadão, consumidor e artesão, vejamos as implicações sociais do Milagre Alemão-

Várias publicações têm se esmerado em evidenciar os resultados das reformas da Agenda 2010, comandada por Schroeder no final do século XX. Uma última merece atenção: “O inferno do milagre alemão” por Oliver Cyran, publicado no Le Monde, Portugal – setembro 2017.

Vejamos, introduzindo o tema, com uma digressão sobre a ligação entre concorrência, neoliberalismo e mudanças nos Códigos de Trabalho.

Florestan Fernandes, patrono da Sociologia brasileira, preferia a expressão “ordem social competitiva” à clássica fórmula marxista do Modo de Produção Capitalista. Tinha razão, a acirrada competição excitada pela valorização dos instintos domina o “ar que respiramos”. Quando ela atinge o campo da disputa de mercados, vira guerra suja. E se esta competição coloca nações em jogo, vira destruição e caos. Ora, foi isso que aconteceu nas I e II Guerras Mundiais, que deixaram um rastro de 100 milhões de mortos: Disputa de espaços vitais para a reprodução em escala cada vez maior dos interesses capitalistas. Depois da catástrofe, serenados os espíritos belicosos após a explosão em Hiroshima, a grande nação do Norte, distante do teatro da guerra, saiu ileso e preparada para um longo período de progresso sob o regime da Pax Americana ancorada nos Acordos de Bretton Woods, de 1944: Um sistema financeiro garantido pelo FMI, com base no dólar vinculado ao ouro e um sistema de oferta de crédito à formação de capital, sob a égide do BIRD. Nem a Guerra Fria, suscitada pelo poder atômico do bloco soviético, lhe abalou as estruturas de concorrência e dominação sobre o mundo dito ocidental. A partir, porém dos anos 1970, o mundo já estava reconstruído e potentes economias da Europa e até mesmo o Japão

passaram a disputar espaços econômicos com os produtos americanos invadindo, sobretudo, o mercado americano, o único com potencialidade para garantir a acumulação da valiosa divisa lastreada em ouro. O resultado foi um desarranjo no sistema que levaria à ruptura unilateral dos Estados Unidos com o padrão ouro, levada a efeito pelo Presidente Nixon no início de 1971, com o conseqüente abandono do modelo de Bretton Woods. Isso, entretanto, nem quebrou a hegemonia do dólar nos mercados mundiais, tendo em vista a poderosa hegemonia americana, nem arrefeceu a concorrência internacional. Pelo contrário, agudizou-se cada vez mais, vindo a tornar-se crítica depois da virada chinesa na década seguinte, transformando-a na fábrica do mundo e impondo um aperto de cada economia nacional sobre os direitos sociais distribuídos no período anterior, de forma a elevar a capacidade competitiva de suas respectivas economias. Foi neste ambiente que emergiram as reações conservadoras de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos na década de 1980 e que culminariam num conjunto de regras de fortalecimento empresarial no ano de 1989 registradas no Consenso de Washington. O mundo mergulharia num novo marco da globalização, marcado pela presença dominante do sistema financeiro e pela repressão econômica ao mundo do trabalho. Já, então, em nome da concorrência, não mais havia necessidade dos conservadores para a implementação da austeridade fiscal. Entra em cena a “Terceira Via” preconizada por Toni Blair e Bill Clinton, com endosso de grande parte da social democracia mundial, à qual não se furtaram FHC, no Brasil, e Menem, na Argentina, perfeitamente sintonizada com os princípios do neoliberalismo: Privatização de Agências e empresas públicas, desregulamentação dos mercados, principalmente financeiro, de forma a dar mobilidade internacional on line à especulação no Senhor Mercado, e revisão nos Códigos de Trabalho, voltando-os ao período ex-ante ao boom progressista do pós-guerra.

Na Alemanha isso começou no dia 16 de agosto de 2002, quando um certo H. Hartz, assessor do Governo SPD Schroeder, oriundo da Volkswagen, onde fora condenado por ter subornado dirigentes sindicais para evitar reivindicações trabalhistas, entregou um relatório propondo criar 2 milhões de empregos em pouco tempo. “Um grande dia para os desempregados”, exultou o Chanceler:

“Com 344 páginas, o relatório da comissão inclui 13 “módulos” de inovações redigido numa linguagem empresarial à base de *engleutsch* (mistura de alemão e inglês) onde fervilham expressões

como *controlling*, *change management*, *bridge sistem* para ativos idosos, novo trabalho gratuito e voluntário. O **Jobcenter** (Agência de Emprego) é ali descrito como um serviço melhorado aos clientes.”

(O. Cyran, in O inferno do milagre alemão , citado acima)

Este modelo, que não é senão um roteiro à precarização do trabalho, entraria em vigor em 2005, sendo o núcleo do Programa “Agenda 2010” que pretendia fortalecer as empresas alemãs mediante flexibilização do sistema de contratações, com a eliminação gradual dos subsídios aos necessitados, ora transformados em trabalhadores pobres, tudo revestido de uma forte retórica moralista de responsabilização civil para um Estado Mínimo. Ou como preferia o próprio Schroeder com esta pérola, que soa para nós como um palavrão: **fo(e)rdern und fordern**, ou seja, encorajar e exigir.

“Pela sua filosofia, o germe deste regime inquisitorial (que transforma os Jobcenters em agências de perquirição da vida privada de cada beneficiário) no manifesto assinado em junho de 1999 por Schroeder e seu homólogo Tony Blair: Os dois profetas da “social democracia moderna” proclamavam a necessidade de “ transformar a rede de segurança dos benefícios sociais num trampolim para a responsabilidade individual”

(Olivier Cyran – Le Monde, cit)

O modelo ganhou rápido curso no resto da Europa, dirigindo-se, sobretudo aos países mais resistentes como os escandinavos, França e ibéricos. Paradoxalmente, a Itália de Berlusconi, mais preocupado com os encantos do poder na convalidação de uma vaidade pessoal indecorosa, ficaria à margem deste processo.

O resultado destas medidas, conhecidas pelo nome de seu inspirador, Hartz IV, foram rápidas. Criaram-se na Alemanha mais de 400 Jobcenters, encarregados de substituir autoritariamente o estigmatizado desemprego por empregos precários de baixa remuneração.

“Tendo entrado em vigor ...o regime que saiu desta anti-língua vem entrelaçar-se no outro “pacote” da Agenda 2010 que orchestra a desregimentação do mercado de trabalho. Colocar os desempregados no funil salarial impunha forjar um grande conjunto de ferramentas destinadas aos empregadores: não taxaço dos

baixos salários, lançamentos de mini-empregos a 400 euros, e depois a 450 euros por mês, desplafonamento do recurso aos trabalho temporário, subvenção às agências de trabalho temporário que privilegiem desempregados de longa duração, etc.”

No final de 2016 este nova rede de “clientes” do sistema Hartz, coercitivamente administrado de forma a obrigar o desempregado a aceitar a oferta indicada, nem sempre compatível com as particularidades do beneficiário, com um um subsídio que pode chegar a 409 euros por mês, abrangia 6 milhões de pessoas, num total populacional de 82,67 milhões, dos quais cerca de 60 milhões em idade ativa. Dos 6 milhões, conhecidos como “parasitas Hartz IV” 2,6 milhões são desempregados oficiais, 1,7 são desempregados estimados e 1,6 milhões são filhos de beneficiários. Numa sociedade protestante são todos eles estigmatizados como fardo social mas evidenciados como o produto mais sofisticado da nova engenharia social do capitalismo alemão.

A crise de 2008 trouxe, porém, à tona a inutilidade deste expediente. Todas as economias europeias vieram abaixo e agora rastejam em baixas taxas de crescimento. Nem por isso, porém, arrefeceu a crença de sua necessidade, ora expressa tanto pelo novo Presidente francês, E. Macron, ainda encantado pela ideia, como pelo Governo Temer, no Brasil. E, conquanto não se vislumbre uma alternativa ao modelo capitalista vigente, concentrador e excludente, com reflexos negativos no processo democrático, sobrevivem as resistências localizadas, com raízes organizativas no passado sindical. Não têm sido suficientes para refrear a agonia ou influenciar os processos eleitorais em curso. Pelo contrário, várias áreas da Europa que votavam tradicionalmente na esquerda, hoje se voltam aos apelos populistas de ultradireita. No caso da Alemanha, isso também ocorre, mas, mercê da habilidade de Angela Merkel, talvez não sejamos, ainda, assaltados pelo retorno da ultradireita. Mas se ela consegue

afastar o fantasma de Hitler, isso pouco significa para o desenvolvimento da democracia no continente, como sinônimo de inclusão, pois os mecanismos de exclusão parecem de tal forma enraizados que não admitem revisão. Nunca, enfim, foi tão necessária uma revolução no mundo, mas nunca, talvez, ela esteja tão distante...

Anexos:

ALEMANHA HOJE

A Alemanha engana-se e engana a Europa

por Juan Torres López [\[*\]](#)

Nos últimos meses foi atribuída grande importância às eleições alemãs de domingo 22, sendo consideradas precursoras de uma mudança de políticas na Europa mas creio que não as vão ter, pois parece-me que a situação política e económica não se alterará muito ali nem na Europa, seja qual for o resultado.

Uma nova vitória dos conservadores não só não modificará a política de Merkel como inclusive é possível que leve a enfraquecer o impulso que o seu governo havia dado à economia nos últimos meses a fim de melhorar sua imagem diante do eleitorado e reforçar o seu fundamentalismo. E não é possível esperar nem sequer alguma tímida reformulação do discurso europeu se não for endurecida com firmeza a posição de outros sócios da eurozona.

Tão pouco mudariam muito as coisas com uma vitória social-democrata, pouco

previsível, ou inclusive de Os Verdes. Ainda que nos seus programas tentem sempre diferenciar-se dos democrata-cristãos e agora proponham o arranque de uma espécie de novos planos Marshall para reactivar as economias, se chegassem de novo a governar não se afastariam do que fez e tornará a fazer Angela Merkel.

Será assim porque os partidos políticos governantes na Alemanha são materialmente escravos desde há muito da classe empresarial e financeira que é quem na verdade marca o passo da política naquele país. Não se esqueça que foram os sociais-democratas que puseram em andamento as reformas reaccionárias que provocaram o grande incremento da desigualdade e a actual deterioração das classes trabalhadoras alemãs, e é bem sabido que suas posições sobre a Europa, o Euro ou a estratégia do Banco Central Europeu não diferem praticamente em nada das que são mantidas pela direita mais recalitrante.

Não haverá mudanças porque o que os grandes poderes económicos puseram na mesa aproveitando a crise económica e o que agora se ilustra na Alemanha e em toda a União Europeia não é outra coisa senão a mudança radical do modelo social, ou seja, uma alteração profunda do equilíbrio de forças sociais e, portanto, uma redefinição dos direitos económicos e inclusive políticos dos cidadãos.

É um objectivo muito diferente das preferências maioritárias dos cidadãos, tal como demonstram todo tipo de inquéritos, e isso faz com que as instituições representativas onde possam reflectir-se tornam-se cada dia mais incómodas para os grandes poderes económicos. É por isso que estes últimos vêm impulsionando por todos os meios ao seu alcance o desmantelamento da democracia em toda a Europa, como denunciou entre outros o grande filósofo alemão Jürgen Habermas, pois só assim podem ser impostas as políticas que levam a essa mudança de modelo e que são tão contrárias às que desejam que se apliquem a imensa maioria da população.

Não cabem, pois, grandes mudanças após a competição eleitoral na Alemanha

Os grupos de pressão tiveram muito cuidado em impedi-las, sobretudo generalizando um discurso político carregado de mentiras que pouco a pouco penetra toda a Europa, e particularmente na Alemanha, para ir conformando uma cidadania submissa e convencida de que o que os grandes grupos financeiros propõem em seu benefício é justamente o que mais interessa aos de baixo.

As eleições gerais celebradas na Alemanha têm muito a ver com tudo isso porque são precisamente as grandes corporações e grupos financeiros desse país os que mais combativamente impulsionam essa mudança de modelo social e porque a população alemã foi especialmente bombardeada e convencida pelas mentiras e enganos em que foram envolvidas pela sua colocação em andamento.

TEIA

DE

ENGANOS

Se há europeus que estão a ser especialmente enganados são os alemães e se alguém engana os demais europeus são os dirigentes políticos e económicos alemães.

- Engana-se aos alemães ao fazer-lhes crer que é a Alemanha a que financia o resto da Europa, quando se verifica que suas grandes empresas e bancos foram desde há anos os grandes beneficiários de uma construção europeia e do Euro mal concebidos por ter sido feito à sua medida. A Alemanha não é generosa, aproveita-se sim do seu imenso poder para tratar de submeter os demais, outra vez, num espaço económico que seus grandes grupos económicos consideram seu em toda a Europa.
- São enganados quando se lhes faz acreditar que o desperdício e a irresponsabilidade dos cidadãos de outros países foram o que produziu a crise e os males que se sofrem, quando a verdade é que foram os bancos alemães aqueles que financiaram espontaneamente e sem medida as bolhas e os excessos que destroçaram as economias para engordar, durante anos, suas contas de resultados.
- São enganados quando se lhes faz acreditar que são outros países que se aproveitam do esforço e dos rendimentos dos trabalhadores alemães quando na realidade são seus próprios grupos de poder económico e financeiro os que impuseram em seu favor políticas que criam desigualdade crescente e mais pobreza e o que colocaram fora da Alemanha o colossal excedente que obtiveram seus trabalhadores nos últimos anos.
- Engana-se os alemães quando se lhes diz que seu modelo social é insustentável por culpa da Europa e do custo da solidariedade com outras nações, quando na realidade se há problemas de financiamento é pela cada vez menor contribuição dos proprietários de capitais alemães ao financiamento dos interesses colectivos e pela colocação dos excedentes que obtêm fora da Alemanha.
- São enganados quando se lhes diz que hão de trabalhar mais que os trabalhadores de qualquer outro país, quando as estatísticas mostram que apesar de serem mais produtivos nos sectores de vanguarda, pelo maior avanço das suas economias, trabalham menos, felizmente para ele, ainda que certamente com condições de trabalho e de rendimento cada vez piores.
- Engana-se os alemães e os dirigentes alemães estão a enganar os cidadãos europeus quando se lhes diz que as políticas de austeridade são a melhor forma de avançar e que além disso são necessárias pela dívida de outros países, quando a Alemanha a teve sempre mais elevada que muitos deles e quando é uma evidência clamorosa que estas políticas empobrecem toda a Europa e, por fim, os próprios trabalhadores alemães e quando só estão a servir para justificar a privatização e o desaparecimento de serviços públicos e direitos sociais.
- Engana-se os alemães e os dirigentes alemães enganam toda a Europa quando se lhes diz que a dívida que há que reduzir deriva do excessivo gasto público destinado ao bem estar social, quando na realidade decorre dos juros gigantescos que se pagam aos bancos privados ao

impor um banco central na Europa que não o é e que só serve para apoiar e salvar os bancos privados.

- Engana-se os alemães e os dirigentes alemães enganam os europeus normais e comuns quando se lhes diz que países como Grécia, Portugal ou Espanha exigem ajudas ou resgates multimilionários para levá-los em frente, quando na realidade esses resgates só servem para salvar os bancos alemães ou as grandes empresas que vivem de fazer investimentos imperiais no resto da Europa, em muitos casos promovendo e financiando todo tipo de práticas corruptas.
- Engana-se os alemães e os dirigentes alemães enganam os europeus quando se lhes diz que há que rebaixar salários para criar emprego e dessa forma só se consegue que aumente o lucro empresarial e a pobreza; ou que há que flexibilizar os mercados laborais, quando isso só se traduz em maior poder de negociação dos grandes empresários mas não em mais e sim em pior emprego; ou que há que reduzir a despesa pública quando são cada vez maiores suas aventuras e despesas militares ou as despesas financeiras que graciosamente se pagam aos bancos privados.
- Engana-se os alemães e os dirigentes alemães enganam todos os cidadãos quando se apresentam como justos e eficientes reclamando estritas condições de pagamento aos agora devedores. Ocultando que países como a Grécia foram generosos com a Alemanha quando era esta quem tinha que pagar sua dívida.

Não cabe esperar grandes mudanças destas eleições alemãs porque são celebradas em meio a um cinismo institucional gigantesco, no âmbito de um colossal roubo intelectual e político que não se pode combater no seio de instituições que deixaram de ser democráticas ou por governos que são marionetas dos grupos financeiros e grandes empresários.

A estratégia da mentira triunfa, e desgraçadamente de forma muito particular na Alemanha, graças ao poder imenso que acumularam as classes mais ricas. A riqueza dos 10% mais ricos da Alemanha, por exemplo, passou dos 45% do total em 1998 para 53% em 2008; as dos 40% seguintes dos 46% para 40% e a dos 50% mais pobres dos 4% para 1%. (grifo meu, CJ)

Isso é o que explica que apesar de 70% dos alemães afirmarem estarem conscientes e reprovarem a injustiça que implicam as actuais políticas económicas e laborais voltem a votar, na sua grande maioria, nos partidos que as executam.

Na Alemanha, como nos demais países europeus, conseguiram converter cidadãos e cidadãs titulares de direitos nos "súbditos dóceis" dos quais dizia o grande Thomas Mann, em *A montanha mágica*, "que demonstram em todo escritório e em todos local de trabalho o respeito devido à autoridade".

Quando os eleitores tiverem deixado de ser dóceis e ingénuos, como vêm sendo a maioria dos alemães e europeus em geral, e quando enfrentarem com decisão as autoridades corruptas e totalitárias que nos governam, as eleições

começarão a ter outro significado e então sim abrirão caminho para verdadeiras mudanças políticas.

[*] Catedrático no Departamento de Teoria Económica e Economia Política da Universidade de Sevilha.

O original encontra-se no Público.es de 22/Setembro/2013 e em juantorreslopez.com/...

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/>

Alemanha tem maior nível de pobreza desde a Reunificação (Efeitos do Neo liberalismo, que os golpistas querem também no Brasil)

Published fevereiro 20, 2015 Uncategorized 2 Comments

Tags: Alemanha, Bolsa Família, Brasil, Emprego, Europa, neo liberalismo, Seguro Desemprego trabalho

<https://luizmullerpt.wordpress.com/2015/02/20/alemanha-tem-maior-nivel-de-pobreza-desde-a-reunificacao-efeitos-do-neo-liberalismo-que-os-golpistas-querem-tambem-no-brasil/>

Enquanto no Brasil milhões de pessoas saíram da Extrema Pobreza e milhões de novos postos de trabalho eram gerados, na Europa a conversa é outra. A pobreza e o desemprego tem aumentado em toda a Europa, inclusive na potente Alemanha. Os que querem golpear a democracia e derrubar a Presidenta Dilma defendem que o Brasil deve seguir a cartilha Européia. Para salvar a economia, gerar desemprego, fome e miséria. Querem enterrar os 12 anos de conquistas durante os governos do PT. Eles não querem derrotar a corrupção. Eles querem derrotar o projeto de nação que tem melhorado as condições de vida da cidadania. **E a matéria que colo abaixo é da Deutsche Welle, uma emissora Estatal Alemã,** que não é petista portanto.

Cerca de 12,5 milhões de alemães, ou 15,5% da população, são considerados pobres, aponta estudo. Trata-se do pior índice registrado desde 1990. Situação é particularmente grave entre os aposentados.



A pobreza e o abismo entre os estados ricos e pobres da Alemanha estão aumentando, alertou a Associação alemã do bem-estar Social (Paritätischer Wohlfahrtsverband) nesta quinta-feira (19/02). Em 2013, o índice de pobreza no país chegou a 15,5%, o que equivale a cerca de 12,5 milhões de pessoas.

“A pobreza nunca foi tão grande e a disparidade regional nunca foi tão profunda” afirmou Ulrich Schneider, diretor da associação, se referindo aos 25 anos que se passaram desde a Reunificação da Alemanha, em 1990.

A associação define como “pobres” as famílias que têm renda 60% menor do que a média do país. Em 2012, 15% da população estavam nessa faixa.

Segundo o relatório divulgado nesta quinta-feira, os estados mais afetados pela pobreza são Bremen, Berlim e Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental. Na outra ponta, estão Baden-Württemberg e a Baviera, os estados mais ricos com base no PIB. As únicas

unidades federativas em que se verificou um leve declínio nos índices de pobreza foram Saxônia-Anhalt e Brandemburgo.

“De modo geral, o ranking dos estados mostra uma república esfarrapada”, disse Schneider. Para combater a crescente pobreza, seria necessária uma grande expansão do emprego público, entre outras medidas, afirmou.

A ministra alemã do Trabalho, Andrea Nahles, anunciou no mês passado a criação de milhares de empregos para os desfavorecidos no país até 2020. Para isso, seriam utilizados 2,7 bilhões de euros do Fundo Social Europeu, além de 4,3 bilhões de euros da Alemanha.

Quase 40% das verbas deverão ser investidas na “promoção da integração social e na luta contra a pobreza”, afirmou a ministra.

Os grupos sociais mais ameaçados pela pobreza são os desempregados, as mães solteiras e as pessoas com baixo nível educacional. Schneider alertou que a pobreza também está aumentando significativamente entre os aposentados, grupo cuja renda mais diminuiu desde 2006.

Una canciller made in RDA

Richard Herzinger - Welt am Sonntag, Berlín

¿De dónde viene Angela Merkel? ¿Cómo se formó su pensamiento político? Estas preguntas se las plantean muchos alemanes, al igual que los demás europeos. Unos meses antes de las elecciones al Bundestag, dos biógrafos alemanes analizan su pasado en la República Democrática Alemana (RDA).

Un libro que se publica esta semana, escrito por los periodistas Ralf Georg Reuth y Günther Lachmann, y que lleva por título "La primera vida de Angela M.", pone al día lo que se sabe de la relación de Merkel con la dictadura de la RDA. En contra de la aseveración de la propia Merkel de que en su fuero interno siempre rechazó el sistema del Partido Socialista Unificado (SED), los autores creen estar en condiciones de establecer que su papel en la RDA y en los años del Cambio fue más complejo, y resulta menos halagüeño para la canciller, de lo que cuenta la leyenda imperante.

Según ésta, Angela Merkel, a la que no habría afectado el adoctrinamiento ideológico, siempre habría aspirado a una democracia como la de la República Federal y los años de la República Democrática Alemana (RDA) los habría vivido en una especie de exilio

interior. Esta leyenda se apoya en buena medida en la presunción de que el protestante entorno familiar de Merkel, al ser hija de un pastor, la habría protegido de las seducciones e ilusiones de la doctrina de Estado socialista. Si se mira más de cerca ese entorno familiar, sin embargo, se descubre un panorama bien distinto, el de la implicación de los teólogos evangélicos, entre ellos el padre de Merkel, en el sistema de la RDA.

Merkel nació en Hamburgo el 17 de julio de 1954, con el nombre de Angela Kasner. Su padre, Horst Kasner, cuya profesión era la de párroco [y que en 1954 se trasladó a la Zona de Ocupación Soviética], pertenecía al círculo de teólogos con el que el Gobierno de la RDA, controlado por la Unión Soviética, quería llevar a cabo la política para las Iglesias que había concebido. Y así, unos teólogos que veían en el socialismo una verdadera alternativa al capitalismo occidental fundaron en Praga la Conferencia de Paz Cristiana (CFK).

Kasner no solo participó en la CFK, sino también en el Círculo de Trabajo del Weißensee, cuyo director, Hanfried Müller, un hombre de la CFK, contaba con excelentes contactos en el Politburó del SED

La cooperación como deber Cristiano

Cuando en 1961, en el punto álgido de la Guerra Fría, la Conferencia del Este de las Iglesias Evangélicas de la RDA declaró, con la conformidad de la Iglesia Evangélica en Alemania, que los cristianos no podían acatar las exigencias absolutas de una ideología, el Círculo de Trabajo del Weißensee formuló una posición opuesta. Sus "Siete proposiciones sobre la libertad de la Iglesia para servir" elevaron la colaboración con el "poder del Estado antifascista" a deber cristiano. Se puede considerar que las "siete proposiciones" son el núcleo ideológico de la idea de "Iglesia en el socialismo". En esos años, el padre de Angela Merkel estaba claramente a favor del Estado del SED.

A partir de 1970, no cabe duda de que Kasner se fue distanciando paulatinamente de la línea oficial de la RDA. En cualquier caso, Angela Merkel creció en una casa paterna donde política y teología se fundían y lo político se anudaba al empeño por alcanzar el ideal socialista.

Angela Merkel perteneció a esa décima parte de los jóvenes de su edad que podía aprobar el Bachillerato Superior Ampliado. A diferencia de muchos otros hijos de pastores, no evitaba las organizaciones de masas del Estado del SED: formó parte de los Jóvenes Pioneros. Sería más tarde vicesecretaria en su instituto de bachillerato de las Juventudes Libres Alemanas (FDJ). La reválida se la salvó su cercanía y la de su

padre al sistema. Tras la revalida, estudió física en la Universidad Karl Marx de Leipzig. Para quien, para empezar, había logrado llegar hasta allí, una carrera de ciencias naturales era lo más seguro. Especialmente cuando, como era el caso de Angela Merkel, se desempeñaban también tareas directivas en las FDJ. En la Universidad de Leipzig entró por primera vez en contacto con círculos de comunistas reformadores.

Subiendo peldaños

En 1981 ascendió a Secretaria de Agitación y Propaganda de la Organización de Base del Instituto Central de Química Física de la Academia de Ciencias de Berlín, que, con más de seiscientos colaboradores, no era precisamente un instituto pequeño. Merkel, sin embargo, sigue negando que fuera Secretaria de Agitación y Propaganda. Así, decía en 2005, en el libro de entrevistas *Mi camino*: "¿Agitación y propaganda? No recuerdo haber agitado de ninguna forma. Era la encargada de cultura".

En el otoño del año del cambio, 1989, [el padre de Angela Merkel organizó] en la Escuela Pastoral un encuentro de físicos de la RDA sobre "¿Qué es el ser humano?". Al padre de Angela Merkel le habría gustado que su hija se inclinase por el Partido Socialdemócrata; sin embargo, el gran influjo que había tenido sobre su hija se había disipado en los años pasados, y ella optó por el recién fundado Despertar Democrático (DA).

Sin embargo, pese a lo que le quería atribuir la creencia hasta ahora común, Merkel no entró en Despertar Democrático en diciembre, cuando este incluía ya en su programa la unidad alemana como visión para el futuro. Hay muchos indicios de que Angela Merkel era partidaria en un principio de un socialismo democrático en una RDA independiente, y no contemplaba la posibilidad de la reunificación. No obstante, al final Angela Merkel fue miembro del consejo de DA en la Alianza por Alemania, la coalición que ganó en marzo de 1990 las elecciones a la Cámara del Pueblo (el Parlamento) en nombre de Helmut Kohl.

Rasgos pragmáticos

El dirigente de la RDA se llamaba entonces Lothar de Maizière, hijo de un antiguo camarada de Kasner, Clemens de Maizière. Nombró a Angela Merkel segunda portavoz del Gobierno. Su actuación en ese puesto sería enseguida reconocida públicamente. Le valió para "ganarse, gracias a su inteligencia y fiabilidad, una reputación que la recomendaba para mayores empeños", según escribió el "Neue Deutschland". No se pasaría por alto. Una vez se integró DA en el Partido Cristianodemócrata (CDU), De

Maizière y su Secretario de Estado, Günther Krause, atrajeron hacia Merkel la atención de Helmut Kohl, quien también se quedó encandilado con ella.

En conjunto, el nuevo libro sobre Merkel contiene nuevas y más precisas facetas de la biografía de Merkel en los tiempos de la RDA, si bien, aunque resultan esclarecedoras, no aportan ninguna revelación que descubra perspectivas inéditas y obligue a una reconsideración radical del papel de Merkel en la RDA. En la semblanza de la "primera vida" de Merkel se reconocen los familiares rasgos de la pragmática que con frialdad calcula y maniobra tácticamente. Ya en los tiempos de la RDA, según todas las apariencias, Merkel actuaba libre de la menor traza de entusiasmos utópicos y teniendo siempre presente su progreso personal dentro de y con las estructuras preexistentes, siempre que ningún camino llevase por la misma dirección. Cuando se volvieron obsoletas, se abrió paso enseguida, y con la misma solvencia, en las nuevas estructuras de la República Federal. 15 mayo 2013

Este artículo y todos los otros envíos de "other news" están disponibles en <http://www.other-news.info/noticias/>

'Other news' es una iniciativa personal, que tiene el fin de proporcionar material que tendría que estar en los medios, y no esta por los criterios comerciales de la información. Esta abierta a recibir contribuciones de todos. Su área de trabajo es informar sobre temas globales, relaciones norte-sur, y gobernabilidad de la globalización. Roberto Savio

//Reproducción prohibida, nota enviada a título informativo//

[Join Our Mailing List!](#)

Como se deu o milagre econômico alemão do pós-guerra

<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1419>



Hans F. Sennholz

(1922-2007) foi o primeiro aluno Ph.D de Mises nos Estados Unidos. Ele lecionou economia no Grove City College, de 1956 a 1992, tendo sido contratado assim que chegou. Após ter se aposentado, tornou-se presidente da Foundation for Economic Education, 1992-1997. Foi um scholar adjunto do Mises Institute e, em outubro de 2004, ganhou prêmio Gary G. Schlarbaum por sua defesa vitalícia da liberdade

Em 1945, o último bastião da resistência nazista na Alemanha entrou em colapso, o III Reich deixou de existir e o país ficou sob o controle militar dos Aliados. Mesmo antes desta rendição final, os Aliados já haviam se dado conta de que um de seus problemas mais graves seria o que fazer com a economia alemã.

Durante a Segunda Conferência de Quebec, em setembro de 1944, tanto Franklin Roosevelt quanto Winston Churchill concordaram em criar um programa para "eliminar as indústrias bélicas do vale do Ruhr e do Sarre... visando a converter a Alemanha em um país primariamente agrícola e de caráter bucólico." Isso passou a ser conhecido como o Plano Morgenthau, em homenagem ao Secretário do Tesouro americano Henry Morgenthau, o mais fervoroso defensor de tal ideia.

A própria ideia de transformar um país altamente industrializado e densamente habitado como a Alemanha em uma nação de camponeses rústicos já era em si absurda. Mais tarde, o próprio Roosevelt viria a admitir que "ele não tinha ideia de como ele havia levado isso a sério; que ele evidentemente não havia pensado muito em tudo aquilo."[\[1\]](#)

Infelizmente, mesmo após a rejeição do Plano Morgenthau, em decorrência de uma forte reação crítica do público e da imprensa, a ideia de se desindustrializar a Alemanha permaneceu fazendo parte da plataforma dos Aliados.

Na Conferência de Potsdam, em julho de 1945, a questão da economia da Alemanha surgiu novamente. Ficou decidido que a capacidade industrial alemã seria limitada a 50-55% do seu nível de 1938, ou a aproximadamente 65% daquele de 1936. Algum tempo depois, esse nível foi elevado para 100% do nível de 1936 nas zonas sob ocupação americana e britânica (Bizona); porém, enquanto isso, a capacidade produtiva alemã era de apenas 60% daquela de 1936, e a produção vigente era de apenas 39% daquela de 1936.[\[2\]](#)

A inflação reprimida

A economia alemã continuou definhando ao longo de 1946 e 1947, incapaz de começar a apresentar qualquer sinal de recuperação. Pudera: os Aliados haviam mantido intacto praticamente todo o sistema de controle econômico dos nazistas. Isso porque eles não chegavam a nenhum acordo sobre o que fazer com a economia e, por conseguinte, optaram por manter o *status quo* até onde pudessem. No final, provou-se impossível conciliar os objetivos do Ocidente com os da União Soviética, o que resultou na divisão da Alemanha na Alemanha Ocidental e na Alemanha Oriental.

Após esta divisão, a principal razão para manter os controles sobre a economia era a inflação monetária: a quantidade de dinheiro na economia, no sentido amplo, havia aumentado seis vezes entre 1936 e 1947, de menos de 50 bilhões de reichsmark para algo em torno de 300 bilhões (70 bilhões em cédulas, 100 bilhões em conta-corrente e 125 bilhões em contas de poupança).[3] Em decorrência desta contínua inflação monetária, o marco havia se tornado virtualmente sem valor.

As autoridades ocidentais esperavam que, se os controles fossem mantidos, com preços e salários rigidamente congelados, a economia continuaria funcionando.[4]

Este curioso fenômeno de controle direto sobre todos os preços e salários, em conjunto com uma rápida inflação monetária, passou a ser conhecido como *inflação reprimida*. Infelizmente, ao se combinar os efeitos nocivos tanto da inflação monetária quanto do planejamento estatal, o resultado final é muito pior do que seria com apenas um deles. Há uma distorção dupla sobre a oferta e a demanda: além das distorções normais provocadas pelo planejamento estatal e pela inflação monetária, a estrutura de preços deixa de refletir as mudanças no valor do dinheiro causadas pela inflação monetária. Isso leva a uma queda acentuada na produção; a escassez torna-se inevitável. O resultado final é inevitável é a regressão à economia de escambo. E foi exatamente isso o que ocorreu na Alemanha.[5]

As empresas que desejassem continuar operando tinham de contratar especialistas chamados "compensadores". A função deles era conseguir trocar o que a empresa havia fabricado por aquilo de que ela necessitava. Conseqüentemente, tal processo era muito longo e confuso, dado que várias transações intermediárias tinham de ser feitas com grande frequência. O resultado era um enorme desperdício em tempo e gastos indiretos para se obter coisas que, antes, poderiam ser conseguidas quase que imediatamente.

Desnecessário dizer que isso deixou a já deprimida economia alemã terrivelmente emperrada.

Não demorou muito para que os trabalhadores e empregados em geral também insistissem em ser pagos em mercadorias. Ato contínuo, eles trocavam as mercadorias que recebiam por aquelas coisas de que necessitavam. Uma conseqüência adicional era que os trabalhadores não mais tinham qualquer incentivo para trabalhar mais e ganhar mais dinheiro: como havia racionamento, todos trabalhavam apenas o necessário para comprar os poucos e racionados bens que podiam obter a cada semana a preços estipulados artificialmente. Por lei, era necessário ter um emprego para se obter as papeletas de racionamento; sendo assim, os trabalhadores adquiriram o hábito de ir trabalhar apenas três ou quatro dias por semana. Seu tempo livre adicional passou a ser gasto em trabalhos de jardinagem, na confecção de artigos para escambo ou atuando diretamente no mercado negro, bem mais lucrativo.

A reforma monetária

Finalmente este pseudomercado entrou em colapso. Como notou um observador, a economia alemã "estava organizada de tal forma que o interesse próprio dos indivíduos e das empresas

era estritamente oposto ao interesse comum. Trabalhar em um emprego regular era a menos lucrativa das ocupações, e a mera sobrevivência dependia de se saber aproveitar as brechas da lei. Já em meados de 1948, a economia havia atingido um estado de total paralisia que resultou na quase inanição de uma grande fatia da população".[6]

Mas, felizmente para a Alemanha, um cavalheiro chamado Ludwig Erhard, que havia sido discípulo de Wilhelm Roepke — sendo que este havia sido discípulo de Ludwig von Mises —, foi nomeado Diretor da Administração Econômica Bizonal. Erhard era um inflexível e vigoroso adepto do livre mercado, e estava disposto a dar a ele uma chance. No auge da crise, em junho de 1948, ele propôs um ousado e extenso plano para restaurar a economia, um plano que combinava uma radical reforma monetária em conjunto com uma completa abolição dos controles econômicos.

A reforma monetária estava marcada para ocorrer nas zonas britânicas e americanas no dia 20 de junho de 1948. O cerne deste programa seria uma redução da oferta monetária em incríveis 90% seguida da emissão de um novo marco alemão, o deutsche-mark, que manteria seu valor e que não mais seria inflacionado até perder totalmente seu valor. Os detalhes da reforma monetária são um tanto intrincados e estão fora do escopo deste artigo. Basta dizer que todos os reichsmark foram trocados por novos deutsche-marks a uma taxa de 10 para 1, sendo que a quantia máxima de deutsche-marks a ser impressa foi estipulada em 10 bilhões.

Adicionalmente, os depósitos bancários em nome de instituições públicas — do governo militar, dos estados e suas subdivisões, da empresa ferroviária estatizada, e dos Correios — foram invalidados sumariamente. Da mesma forma, todas as obrigações assumidas anteriormente pelo Reich, bem como todos os seus depósitos interbancários, também foram invalidados. Uma reserva em dinheiro e algum estoque de capital foram concedidos a todas as instituições financeiras, fornecendo desta forma os ativos necessários para lastrear os novos passivos destas instituições.

Além desta reforma monetária, o vasto emaranhado de controles estatais sobre a economia também tinha de ser abolido para que a reforma monetária pudesse funcionar. Nos bastidores, isso não era algo fácil de ser feito, pois a Alemanha ainda estava sob ocupação militar, e virtualmente tudo o que os alemães quisessem fazer tinha de ter a prévia aprovação dos Aliados. Uma dificuldade adicional estava no fato de que, na Grã-Bretanha, o primeiro governo socialista acabava de ser eleito e, como consequência, os britânicos já estavam tentando difundir suas políticas socialistas também para a zona de ocupação.[7]

Os Aliados observaram a reforma econômica com grande ansiedade, dúvida e apreensão. Com efeito, o general Lucius D. Clay, nomeado pelos Aliados como diretor de política econômica, enviou um ríspido memorando para Ludwig Erhard alertando-o de que os controles econômicos do governo militar não poderiam ser alterados sem uma prévia permissão. A corajosa resposta do professor Erhard merece ser repetida continuamente até o fim dos tempos: "Eu não alterei seus controles; eu os aboli".[8]

Como o próprio Erhard viria a dizer mais tarde: "Foi estritamente especificado pelas autoridades britânicas e americanas que seria necessário obter permissão para que qualquer mudança de preços pudesse ser feita. Parece que os Aliados jamais haviam imaginado que alguém pudesse ter a ideia não de alterar os controles de preços, mas de simplesmente removê-los".[9]

E foi exatamente isso o que Erhard fez, e de uma só vez ele desatrelou toda a economia alemã.

O livre mercado em ação

À medida que a data da implementação destas reformas se aproximava, o país ia se tornando mais apreensivo, e a crise econômica parecia piorar continuamente. Ao mesmo tempo, os críticos socialistas se animavam e elevavam os gritos de condenação ao plano.

No dia 19 de junho, um sábado, a maioria das lojas estava vazia. No dia 21 de junho, segunda-feira, como num passe de mágica, as lojas estavam novamente abastecidas. Dois franceses, Jacques Rueff e Andre Piettre, registraram de forma teatral este milagre ocorrido da noite para o dia:

O mercado negro de repente desapareceu. As vitrines das lojas amanheceram cheias de bens, as chaminés das fábricas voltaram a soltar fumaça intensamente, e as ruas fervilhavam de caminhões de carga. Por todos os cantos, o barulho das construções substituiu o silêncio sombrio dos escombros. Se a recuperação foi uma surpresa grande, sua rapidez foi uma surpresa ainda maior. Em todos os setores da economia, a vida foi retomada assim que os relógios badalaram as primeiras horas do dia da reforma. Apenas uma testemunha ocular pode oferecer um relato acurado do súbito efeito que a reforma monetária teve sobre o tamanho dos estoques e sobre a variedade e riqueza dos bens à mostra. As lojas se encheram de bens da noite para o dia; as fábricas voltaram a trabalhar a toda. Na véspera da reforma monetária, os alemães perambulavam sem rumo pelas cidades à procura de alguns itens comestíveis adicionais. Um dia depois, eles não pensavam em mais nada a não ser em produzi-los. Num dia, a apatia era nítida em suas faces; no outro, toda a nação olhava esperançosa para o futuro.[10]

Como o próprio Erhard viria a observar este fenômeno: "Antes da reforma monetária, nossa economia era como um campo de prisioneiros de guerra; os reclusos eram mantidos vivos em parte pelos Aliados.... Imediatamente após a reforma, as cercas, barreiras e muralhas desabaram com estonteante velocidade tão logo o campo de prisioneiros ganhou uma nova e confiável moeda".[11]

Os resultados rapidamente comprovaram a sagacidade de ambas as reformas, a monetária e a de liberação geral dos preços e salários. A tabela a seguir, por exemplo, mostra que, entre junho e dezembro de 1948, houve um aumento de 53% da produção naquelas áreas contempladas pelas reformas:

Índice de Produção (1936 = 100)[12]

Abril	53	Setembro	70
Maio	47	Outubro	74
Junho	51	Novembro	75
Julho	61	Dezembro	78
Agosto	65		

Já em 1949, o índice de produção encerrou em 143% daquele de 1948. Ao longo das duas décadas seguintes, a Alemanha continuou a ter uma das maiores taxas de crescimento do mundo.

Economia keynesiana

É óbvio que, perante estes resultados, vários economistas rapidamente se apressaram em querer atribuir os créditos do sucesso às suas ideologias favoritas. Aqueles que não queriam

dar nenhum crédito às políticas de livre mercado de Erhard prontamente começaram a oferecer suas próprias explicações para a fenomenal recuperação da Alemanha. Uma explicação que se tornou bastante popular foi a de que a Alemanha utilizou princípios keynesianos em sua recuperação.[13] Essa proposição já foi completamente demolida em outras obras,[14] mas continua sendo difundida porque economistas keynesianos são invejosos do fato de que nenhuma das notáveis recuperações ocorridas no pós-guerra realmente utilizou qualquer tipo de economia keynesiana. Ao contrário: todas se basearam universalmente nos princípios do livre mercado. Como observou o professor de Harvard, Gottfried von Haberler:

Em todos os países industriais desenvolvidos, as políticas de recuperação econômica, de estabilização e de crescimento foram muito mais bem-sucedidas após a Segunda Guerra Mundial do que após a primeira. Porém, é difícil atribuir este fenômeno à difusão do pensamento keynesiano. Nenhum dos economistas e nenhum dos estadistas que foram amplamente responsáveis pelos variados milagres econômicos do pós-guerra pode ser chamado de keynesiano: nem Camille Gutt na Bélgica, nem Luigi Einaudi na Itália, nem Ludwig Erhard na Alemanha, nem Reinhard Kamitz na Áustria, nem Jacques Rueff na França. O maior milagre econômico de todos, o japonês, parece ter sido realizado sob governantes e estadistas japoneses bastantes conservadores, com o auxílio de conselheiros americanos ultraconservadores. Aos numerosos keynesianos e marxo-keynesianos restou apenas observar o fenômeno, em impotente oposição.[15]

O que podemos concluir do episódio alemão?

Primeiro, é necessário entender que qualquer interferência realizada por burocratas e planejadores estatais sobre o sistema de preços irá inevitavelmente distorcer o sistema de produção, gerando um arranjo menos satisfatório do que aquele que existiria caso não houvesse nenhuma interferência.

Segundo, não há na história econômica nenhum exemplo mais pungente de uma "política de pleno emprego" que tenha funcionado melhor que a alemã — não houve nenhum planejamento federal, não houve política industrial, não houve modelos computadorizados para a economia, não havia um exército de burocratas dando palpites e ditando ordens, não houve inflação monetária com intuito de 'estimular a economia', e não houve políticas keynesianas. Foi justamente a ausência de todos estes componentes que infestam as economias intervencionistas atuais o que tornou possível o renascimento econômico alemão.

Terceiro, o episódio alemão demonstra que uma [deflação monetária](#), desde que ocorra em um ambiente com total liberdade de preços e salários, pode ser algo economicamente benéfico, sem necessariamente criar uma depressão — pelo menos no caso de uma economia que havia sido praticamente destruída pela imposição de controles de preços e salários. A deflação restaurou a fé na nova moeda, uma vez que ela foi acompanhada da volta dos preços flexíveis e da abolição de todos os controles sobre a economia. O processo de trocas indiretas intermediadas pelo uso do dinheiro pôde avançar firmemente, pondo um fim à economia baseada no escambo, à sua inerentemente baixa divisão do trabalho e aos seus mercados extremamente limitados e manietados.

As reformas de livre mercado de Ludwig Erhard restauraram a liberdade dos mercados na Alemanha e, com isso, libertaram as inexoráveis leis da ação humana. Foi a livre concorrência baseada na propriedade privada o que deu novas esperanças e permitiu o surgimento de um fenômeno econômico que surpreendeu o mundo e se tornou conhecido como "o milagre da recuperação alemã".

Infelizmente, Erhard tinha uma vantagem política que o mundo atual não mais usufrui. Ele teve a liberdade de abolir os controles que haviam sido impostos pelos Aliados; ao fazer isso, ele ganhou o apoio político da população alemã. No entanto, os controles haviam sido criados originalmente pelos nazistas; os Aliados apenas os estenderam por mais três anos após a Alemanha ter se rendido. É mais fácil abolir controles estatais criados por um exército de ocupação estrangeiro do que abolir todo um sistema de regulação que políticos nativos e eleitos democraticamente criaram em nome do "interesse público". É politicamente muito mais difícil efetuar ações econômicas corretas e sensatas quando, nas imortais palavras de Pogo Possum, "Conhecemos o inimigo e ele somos nós".

[1] Henry L. Stimson and McGeorge Bundy, *On Active Service in Peace and War* (New York: Harper & Bros., 1948), 581.

[2] Ludwig Erhard, *Prosperity Through Competition* (New York: Frederick A. Praeger, 1958), 10?11.

[3] Karl-Heinrich Hansmeyer und Rolf Caesar, "Kriegswirtschaft und Inflation (1936?1948)," in *Währung und Wirtschaft*, 418.

[4] Ver Nicholas Balabkins, *Germany Under Direct Controls* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1964); Henry Hazlitt, "The German Paralysis," *Newsweek* (21 de abril, 1947), 82; John Davenport, "New Chance in Germany," *Fortune* (Outubro de 1949), 73.

[5] Wilhelm Roepke, "Repressed Inflation," *Kyklos*, vol. 1 (1974), fasc. 3, 242?53.

[6] F. A. Lutz, "The German Currency Reform and the Revival of the German Economy," *Economica*(Maio, 1949): 122.

[7] Citado in Erhard, *Prosperity*, 12

[8] Volkmar Muthesius, *Augenzeuge von drei Inflationen* (Frankfurt am Main), 1973, 111.

[9] Erhard, *Prosperity*, 14

[10] Citado in Erhard, *Prosperity*, 13; ver também Jacques Rueff, *The Age of Inflation* (Chicago: Henry Regnery, Gateway Edition, 1964), 86?105

[11] Ludwig Erhard, *Germany's Comeback in the World Market* (New York: Macmillan, 1954), 21.

[12] Lutz, "German Currency Reform," 132.

[13] Walter Heller, "The Role of Fiscal-Monetary Policy in German Economic Recovery," *American Economic Review* (Maio, 1950): 533?47.

[14] Egon Sohmen, "Competition and Growth: The Lesson of West Germany," *American Economic Review* (Dezembro, 1959): 986?1003.

[15] Robert Lekachman, ed., *Keynes' General Theory: Report of Three Decades* (New York: St. Martin's Press, 1964), 295.

CORRUPÇÃO POLÍTICA: TRISTE FENÔMENO UNIVERSAL

BERLUSCONIZAÇÃO DA POLÍTICA

Corrupção, espetáculo, manipulação do sistema eleitoral e outros ingredientes da crise democrática na Europa

EDIÇÃO 95 | AGOSTO DE 2014

_tribuna livre da luta de classes

PERRY ANDERSON

Quando os partidos perdem força, a personalização vira a condição da política; Berlusconi encarnou esse fenômeno na Itália e transmitiu seu estilo ao premiê de centro-esquerda Matteo Renzi. **LUSTRAÇÃO: FRANCESCO SPADONI_ WWW.TITOLOPROVVISORIO.IT**

A Europa está doente. Nem sempre é fácil determinar o grau de gravidade e o motivo dessa doença. Mas existem três sintomas claramente visíveis e relacionados entre si. **O primeiro, e mais conhecido, é a tendência de degeneração da democracia em todo o continente, da qual a estrutura da União Europeia é ao mesmo tempo causa e consequência.** O caráter oligárquico do arranjo constitucional do bloco, inicialmente concebido como uma etapa provisória para a soberania popular em escala supranacional, vem se tornando mais rígido com o passar do tempo. Referendos são invalidados com frequência, quando contrariam a vontade dos governantes. Eleitores rejeitam o Parlamento Europeu que nominalmente os representa, e o comparecimento às urnas diminui a cada eleição. Burocratas que nunca foram eleitos políam os orçamentos aprovados nos Legislativos nacionais, que perderam até mesmo o poder de gastar. Mas a União não é uma excrescência imposta a países-membros saudáveis. Ela reflete e aprofunda tendências de longo prazo que ocorrem dentro deles. **Em nível nacional, praticamente em toda parte, os Executivos domesticam ou manipulam os Legislativos com grande desembaraço; partidos perdem membros; eleitores perdem a crença na própria relevância, enquanto as opções políticas se estreitam e as diferenças propagandeadas nas**

campanhas eleitorais diminuem ou desaparecem quando os eleitos assumem o poder.

Com essa involução generalizada veio uma corrupção que se difundiu pela classe política, tópicos a respeito do qual a ciência política – muito loquaz naquilo que, na linguagem dos contadores, é chamado de déficit democrático da UE – silencia. As formas dessa corrupção ainda não foram plenamente sistematizadas. Existe a corrupção pré-eleitoral: o financiamento de pessoas e partidos por fontes ilegais – em troca da promessa, explícita ou tácita, de favores futuros. **Existe a corrupção pós-eleitoral: o uso do cargo para obter dinheiro pela malversação de receitas, ou por propinas em contratos. Existe a compra de vozes ou votos nos parlamentos. Existe o roubo direto do erário. Existe o enriquecimento resultante do exercício de cargo público, antes, durante ou depois.**

O panorama desse malavita é impressionante. Um afresco sobre o tema poderia começar com Helmut Kohl, governante da Alemanha por dezesseis anos, que acumulou um caixa dois de campanha de cerca de 2 milhões de marcos alemães [cerca de 3 milhões de reais]. Quando o caso foi descoberto, ele não quis revelar os nomes dos doadores, com medo de que viessem à luz os favores que eles receberam em troca. Jacques Chirac, presidente da República francesa durante doze anos, foi condenado por desvio de dinheiro público, abuso do cargo e conflito de interesses, depois que perdeu sua imunidade. Nenhum deles sofreu punição. Eram os políticos mais poderosos da Europa em sua época. Uma olhada no que ocorreu desde então é suficiente para desfazer qualquer ilusão de que se trata de casos isolados. Na Alemanha, o governo de Gerhard Schröder garantiu um empréstimo de 1 bilhão de euros à companhia russa Gazprom para a construção de um oleoduto, poucas semanas antes de o chanceler deixar o cargo e entrar na folha de pagamento da empresa com um salário superior ao que recebia para governar o país. Desde que ele saiu, Angela Merkel viu dois sucessivos presidentes da República serem obrigados a renunciar: Horst Köhler, antigo chefe do Fundo Monetário Internacional, por haver explicado que o contingente militar alemão no Afeganistão estava protegendo interesses comerciais do país; e Christian Wulff, antigo chefe democrata-cristão na Baixa Saxônia, em razão de um empréstimo duvidoso para sua casa feito por um empresário amigo. Dois importantes ministros, um da Defesa, a outra da Educação, tiveram que deixar o cargo ao terem os títulos de doutor cassados por furto intelectual. Quando esta última, Annette Schavan, amiga íntima de Merkel (que manifestou plena confiança

nela), ainda se agarrava ao cargo, o tabloide Bild comentou que ter uma ministra da Educação que fraudava pesquisas era como ter um ministro das Finanças com uma conta bancária secreta na Suíça. Dito e feito. Na França, descobriu-se que o ministro socialista do Orçamento, o cirurgião plástico Jérôme Cahuzac, tinha de 600 mil a 15 milhões de euros em depósitos secretos na Suíça e em Cingapura. Nicolas Sarkozy, enquanto isso, é acusado por testemunhas de ter recebido cerca de 50 milhões de euros do líbio Muammar Kadafi para a campanha eleitoral que o conduziu à Presidência. Christine Lagarde, sua ministra das Finanças, agora na chefia do FMI, está sendo investigada por seu papel na concessão de 420 milhões de euros em “compensação” para Bernard Tapie, conhecido trapaceiro com antecedentes penais e, nos últimos tempos, amigo de Sarkozy.[1] A contiguidade descuidada com o crime é bipartidária. O socialista François Hollande, atual presidente da República, ia na garupa de uma moto para seus encontros com a amante no apartamento de uma prostituta ligada a um gângster morto num tiroteio na ilha. Na Grã-Bretanha, mais ou menos na mesma época, o ex-primeiro-ministro Tony Blair dava conselhos a Rebekah Brooks, ex-braço direito do magnata da mídia Rupert Murdoch, que corria o risco de ir para a cadeia por cinco acusações de conspiração criminosa relacionadas à época em que dirigia o extinto tabloide News of the World. “Tenha à mão comprimidos para dormir. Isto vai passar. Seja forte”, disse Blair a Rebekah, recomendando-lhe ainda que abrisse uma investigação “independente” sobre o caso como ele mesmo tinha feito para isentar seu governo de qualquer participação na morte de David Kelly, o cientista britânico e inspetor da ONU no Iraque que questionara as razões alegadas para a invasão do país árabe, uma invasão que renderia a Blair – para a sua Faith Foundation, é claro – uma profusão de gorjetas e negócios no mundo inteiro, com destaque para doações de uma empresa petrolífera sul-coreana, presidida por um criminoso condenado com interesses no Iraque, e da dinastia feudal do Kuwait. Na Espanha, o atual primeiro-ministro, Mariano Rajoy, à frente de um governo de direita, foi flagrado recebendo propinas em obras públicas e outros negócios, no valor total de 250 mil euros ao longo de uma década, que lhe foram repassados por Luis Bárcenas. Tesoureiro do Partido Popular durante vinte anos, Bárcenas está preso por amealhar 48 milhões de euros em contas não declaradas na Suíça. Fotocópias dos livros de contabilidade com registros à mão de suas transferências para Rajoy e outras figuras do partido – como Rodrigo Rato, outro ex-diretor do FMI – circularam na imprensa

espanhola. Quando estourou o escândalo, Rajoy passou uma mensagem de texto para Bárcenas com palavras praticamente idênticas às de Blair para Rebekah Brooks: “Luis, eu compreendo. Seja forte. Ligo amanhã. Um abraço.” Oitenta e cinco por cento da opinião pública espanhola acham que Rajoy está mentindo, mas ele continua firme no Palácio da Moncloa. Na Grécia, o social-democrata Akis Tsochatzopoulos, sucessivamente ministro do Interior, da Defesa e do Desenvolvimento, teve menos sorte: foi condenado a vinte anos de prisão por uma formidável carreira de extorsões e lavagem de dinheiro. Do outro lado do mar Egeu, o premiê turco Tayyip Erdogan – que a mídia e o establishment intelectual da Europa costumavam louvar como o maior estadista democrata da Turquia, cuja conduta praticamente conquistou para o país a filiação honorária à União Europeia – mostrou que é digno de figurar nas fileiras dos dirigentes da UE por outras razões: numa conversa gravada, instruía o filho sobre onde esconder 10 milhões em espécie; noutra, elevava o preço de um suborno num contrato de construção. Três membros do seu gabinete foram derrubados por revelações parecidas, antes que Erdogan fizesse um expurgo na polícia e no Judiciário, para impedir que o assunto fosse adiante. Enquanto ele fazia isso, a Comissão Europeia divulgou seu primeiro relatório oficial sobre corrupção na UE, cujas dimensões foram descritas como “assombrosas” pelo comissário que redigiu o documento: numa estimativa por baixo, a corrupção custa o equivalente a todo o orçamento do bloco, cerca de 120 bilhões de euros por ano. Prudentemente, o relatório cobria apenas países-membros. A Comissão Europeia, o órgão executivo da UE, com sede em Bruxelas, foi excluída.

A poluição do poder pelo dinheiro e pela fraude, lugar-comum numa União que se apresenta ao mundo como guardião da moralidade, decorre do esvaziamento da democracia de substância e de participação. As elites, liberadas de uma competição real no topo, ou de uma cobrança significativa vinda de baixo, dão-se ao luxo de enriquecer sem serem perturbadas. A revelação de malfeitos deixa de ter grande importância quando a impunidade é a regra. Os políticos importantes, como os banqueiros, não vão para a cadeia. Da fauna já mencionada, só o grego Akis Tsochatzopoulos sofreu essa afronta. Mas a corrupção não decorre apenas da decadência da ordem política. É também, obviamente, sintoma do regime econômico que criou raízes na Europa desde os anos 80. Num universo neoliberal, onde os critérios de valor são estabelecidos pelo mercado, o dinheiro

se torna a medida de todas as coisas. Se hospitais, escolas e prisões podem ser privatizados e transformados em empresas lucrativas, por que não seria assim também com os cargos públicos? Além dos efeitos culturais adversos do neoliberalismo, porém, há o seu impacto como sistema socioeconômico – o terceiro e, na experiência popular, o mais agudo dos sintomas da enfermidade que aflige a Europa. Que a crise econômica desencadeada no Ocidente em 2008 foi resultado de décadas de desregulamentação financeira e expansão do crédito até mesmo seus arquitetos de certa forma admitem – veja-se Alan Greenspan. Com conexões do outro lado do Atlântico, os bancos e o mercado imobiliário da Europa se envolveram tão profundamente na debacle quanto os americanos. Na UE, entretanto, essa crise geral também foi determinada por uma peculiaridade: as distorções criadas pela moeda única imposta a economias nacionais diferentes. Quando a crise geral bateu, esse problema levou à beira da falência os países mais vulneráveis da União.

O remédio para eles? Por insistência de Berlim e Bruxelas, não apenas um programa clássico de estabilização, com a redução dos gastos públicos, mas um pacto fiscal estabelecendo o limite de 3% para o déficit público de todos os países-membros. Isso foi fixado como cláusula constitucional, em pé de igualdade com a liberdade de expressão, a igualdade perante a lei, o habeas corpus, a separação de poderes e todo o resto.

Neste cenário, há um país que é visto como o caso mais agudo de disfunção na Europa. Desde a adoção da moeda única, em 1999, a Itália teve o pior desempenho econômico entre os países da UE: vinte anos de estagnação quase ininterrupta, com crescimento abaixo do da Grécia ou da Espanha. Sua dívida pública é superior a 130% do Produto Interno Bruto. No entanto, não se trata de um desses países pequenos ou médios da recém-adquirida periferia da União. É um dos seis membros fundadores, com população comparável à da Grã-Bretanha, e uma economia uma vez e meia a da Espanha. Sua base industrial é a segunda maior da Europa, superada apenas pela da Alemanha. Seus títulos do Tesouro constituem o terceiro maior mercado de títulos soberanos do mundo. Com sua mescla de peso e fragilidade, a Itália é o elo realmente fraco da UE, o ponto onde ela pode, teoricamente, quebrar. Até agora é também, não por coincidência, o país onde a desilusão com o esvaziamento da democracia produziu não uma indiferença entorpecida, mas uma revolta que abalou as estruturas do seu establishment. **Movimentos de protesto emergiram em outros países da UE, mas nada que se compare à novidade ou ao êxito**

da rebelião eleitoral representada pelo Movimento 5 Estrelas. A Itália também oferece o espetáculo mais conhecido de todos os teatros de corrupção do continente, e sua personificação mais celebrada: Silvio Berlusconi, o bilionário que governou o país por quase metade da existência da Segunda República.[2] É inquestionável que Berlusconi se destaca de seus pares no entrosamento de poder e dinheiro. Mas a maneira como fez isso pode ser obscurecida pelo clamor da imprensa estrangeira contra ele, sobretudo as ensurdecedoras denúncias da Economist e do Financial Times.

Duas coisas fizeram de Berlusconi um caso singular. A primeira é que ele inverteu o trajeto típico do cargo para o lucro, acumulando uma fortuna antes de conquistar a chefia do governo, que passou então a usar não tanto para aumentar sua riqueza, mas para protegê-la, e a si mesmo, das múltiplas ações penais decorrentes da forma como a obteve. A segunda é que a principal – mas nem de longe a única – fonte de sua riqueza é um império de tevê e publicidade que o dotava de um mecanismo de poder independente do cargo, que pôde ser convertido em máquina de propaganda e instrumento de governo.

As conexões políticas – laços com o Partido Socialista em Milão e seu cacique, Bettino Craxi – foram cruciais para sua ascensão política, em particular para a construção de uma rede nacional de televisão. Mas, apesar de Berlusconi ter adquirido consideráveis aptidões de comunicação e manobra como político, em sua atitude geral perante a vida ele permaneceu um homem de negócios, para quem o poder significava segurança e glamour, mais do que ação ou projeto. **Embora expressasse admiração por Margaret Thatcher e se apresentasse como campeão do mercado e da liberdade econômica, o imobilismo de suas coalizões de centro-direita não se diferenciava muito do das coalizões de centro-esquerda do mesmo período.**

Esta é a principal mágoa da opinião neoliberal inglesa contra ele, como pôde ser percebido no tratamento que ela dispensou a dois outros emblemas de corrupção. Durante anos, Erdogan – amigo íntimo de Berlusconi – foi brindado com reportagens lisonjeiras no Financial Times e outros órgãos, que o apresentavam como o arquiteto esclarecido da nova democracia turca. Diferentemente de Berlusconi, porém, cujo governo era anódino em questões de liberdades civis, Erdogan era e é uma ameaça a essas liberdades. Enquanto o boom econômico estimulado por privatizações decolava na Turquia, a prisão de jornalistas, o assassinato de manifestantes, a manipulação de julgamentos e a intimidação de opositores – para

não falar na apropriação indébita de dinheiro público – não recebiam a importância devida. A mesma observação poderia ser feita a respeito de Mariano Rajoy e seus aliados na Espanha. Mas Rajoy, diferentemente de Berlusconi, é um intendente confiável do regime neoliberal: não carece que suplementos da Economist esquadrinhem suas más ações, sobre as quais a revista tem o cuidado de falar o mínimo possível, assim como Bruxelas e Berlim. “Líderes e funcionários da União Europeia se mostram reticentes sobre o escândalo [na Espanha], dada a importância do país para a zona do euro”, comenta Gavin Hewitt, o editor da BBC para a Europa. “A chanceler alemã Angela Merkel e outros depositaram muita fé no senhor Rajoy, que é tido como executor confiável das dolorosas reformas necessárias para revitalizar a economia da Espanha.” Berlusconi pagaria caro por não merecer essa confiança.”

Mas como nem tudo no capitalismo contemporâneo é corrupção, mas sobretudo déficit de democracia, que não senão sinônimo de inclusão como cidadão, consumidor e artesão, vejamos as implicações sociais do Milagre Alemão-

Florestan Fernandes, patrono da Sociologia brasileira, preferia a expressão “ordem social competitiva” à clássica fórmula marxista do Modo de Produção Capitalista. Tinha razão, a acirrada competição excitada pela valorização dos instintos domina o “ar que respiramos”. Quando ela atinge o campo da disputa de mercados, vira guerra suja. E se esta competição coloca nações em jogo, vira guerra. Ora, foi isso que aconteceu nas I e II Guerras Mundiais: Disputa de espaços vitais para a reprodução em escala cada vez maior dos interesses capitalistas. Depois da catástrofe, serenados os espíritos belicosos após a explosão em Hiroshima, a grande nação do Norte, distante do teatro da guerra, saiu ilesa e preparada para um longo período de progresso sob o regime da Pax Americana ancorada nos Acordos de Bretton Woods: Um sistema financeiro garantido pelo FMI, com base no dólar vinculado ao ouro e um sistema de oferta de crédito à formação de capital, sob a égide do BIRD. Nem a Guerra Fria, suscitada pelo poder atômico do bloco soviético, lhe abalou as estruturas de concorrência e dominação sobre o mundo dito ocidental. A partir, porém dos anos 1970, o mundo ocidental já estava reconstruído e potentes economias da Europa e até mesmo o Japão passaram a disputar espaços econômicos com os produtos americanos invadindo, sobretudo, o mercado americano, o único com potencialidade para garantir a acumulação da valiosa divisa lastreada

em ouro. O resultado foi um desarranjo no sistema que levaria à ruptura unilateral dos Estados Unidos com o padrão ouro, levada a efeito pelo Presidente Nixon no início de 1971, com o conseqüente abandono do modelo de Bretton Woods. Isso, entretanto, nem quebrou a hegemonia do dólar nos mercados mundiais, tendo em vista a poderosa hegemonia americana, nem arrefeceu a concorrência internacional. Pelo contrário, agudizou-se cada vez mais, vindo a tornar-se crítica depois da virada chinesa na década seguinte, transformando-a na fábrica do mundo, impondo um aperto de cada economia nacional sobre os direitos sociais distribuídos no período anterior, de forma a elevar a capacidade competitiva de suas respectivas economias. Foi neste ambiente que emergiram as reações conservadoras de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos e que culminariam num conjunto de regras de fortalecimento empresarial no ano de 1989 registradas no Consenso de Washington. O mundo mergulharia num novo marco da globalização, marcado pela presença dominante do sistema financeiro e pela repressão econômica ao mundo do trabalho. Já, então, em nome da concorrência, não mais havia necessidade dos conservadores para a implementação da austeridade fiscal. Entra em cena a “Terceira Via” preconizada por Toni Blair e Bill Clinton, com endosso de grande parte da social democracia mundial, à qual não se furtaram FHC , no Brasil, e Menem, na Argentina, perfeitamente sintonizada com os princípios do neoliberalismo: Privatização de Agências e empresas públicas, desregulamentação dos mercados, principalmente financeiro, de forma a dar mobilidade internacional on line à especulação no Senhor Mercado, e revisão nos Códigos de Trabalho, voltando-os ao período ex-ante ao boom progressista do pós-guerra.

Na Alemanha isso começou no dia 16 de agosto de 2002 , quando um certo H. Hartz, assessor do Governo SPD Schroeder, oriundo da Volkswagen, onde fora condenado por ter subornado dirigentes sindicais para evitar reivindicações trabalhistas, entregou um relatório propondo criar 2 milhões de empregos em pouco tempo. “Um grande dia para os desempregados” , exultou o Chanceler:

“Com 344 páginas, o relatório da comissão inclui 13 “módulos” de inovações redigido numa linguagem empresarial à base de *engleutsch* (mistura de alemão e inglês) onde fervilham expressões como *controlling*, *change management*, *bridge sistem* para ativos idosos, novo trabalho gratuito e voluntário. O **Jobcenter** (Agência de Emprego) é ali descrito como um serviço melhorado aos clientes.”

(O. Cyran, in O inferno do milagre alemão – Le Monde, Pt –st2017)

Este modelo, que não é senão um roteiro à precarização do trabalho, entraria em vigor em 2005, sendo o núcleo do Programa “Agenda 2010” que pretendia fortalecer as empresas alemãs mediante flexibilização do sistema de contratações, com a eliminação gradual dos subsídios aos necessitados, ora transformados em trabalhadores pobres, tudo revestido de uma forte retórica moralista de responsabilização civil para um Estado Mínimo. Ou como preferia o próprio Schroeder com esta pérola, que soa para nós como um palavrão: **fo(e)rdernd und fordernd**, ou seja, encorajar e exigir. O modelo ganhou rápido curso no resto da Europa, dirigindo-se, sobretudo aos países mais resistentes como os escandinavos, França e ibéricos. Paradoxalmente, a Itália de Berlusconi, mais preocupado com os encantos do poder na convalidação de uma vaidade pessoal indecorosa, ficaria à margem deste processo.

O resultado destas medidas, conhecidas pelo nome de seu inspirador, Hartz IV, foram rápidas. Criaram-se na Alemanha mais de 400 Jobcenters, encarregados de substituir autoritariamente o estigmatizado desemprego por empregos precários de baixa remuneração.

“Tendo entrado em vigor ...o regime que saiu desta anti-língua vem entrelaçar-se no outro “pacote” da Agenda 2010 que orchestra a desregimentação do mercado de trabalho. Colocar os desempregados no funil salarial impunha forjar um grande conjunto de ferramentas destinadas aos empregadores: não taxaço dos baixos salários, lançamentos de mini-empregos a 400 euros, e depois a 450 euros por mês, desplafonamento do recurso aos trabalho temporário, subvenção às agencias de trabalho temporário que privilegiem desempregados de longa duração, etc.”

No final de 2016 este nova rede de “clientes” do sistema Hartz, coercitivamente administrado de forma a obrigar o desempregado a aceitar a oferta indicada, nem sempre compatível com as particularidades do beneficiário, com um um subsídio que pode chegar a 409 euros por mês, abrangia 6 milhões de pessoas, num total populacional de 82,67 milhões, dos quais cerca de 60 milhões em idade ativa. Dos 6 milhões, conhecidos como “parasitas Hartz IV” 2,6 milhões são desempregados oficiais, 1,7 são desempregados estimados e 1,6 milhões são filhos de beneficiários. Numa sociedade protestante são todos eles estigmatizados como fardo social mas evidenciados como o produto mais sofisticado da nova engenharia social do capitalismo alemão.

